



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Parecer nº 4/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.005908/2021-95

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Assunto: Análise da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, perante as prioridades estabelecidas pelo CNRH - exercício 2020.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da Análise da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da [Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998](#), com redação dada pelo art. 28 da [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2001](#), perante as prioridades estabelecidas pelo CNRH - exercício 2020.

1.2. O pagamento pelo uso de recursos hídricos pelos titulares de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico do País, é realizado por meio da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos (CFURH).

1.3. O [Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010](#), estabelece que a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, (0,75% da CFURH), seja destinada às despesas que constituam obrigações legais referentes à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

1.4. O [Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019](#), que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, instituiu a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC e atribuiu a referida Câmara Técnica no Art. 9º, III e alíneas “b” e “e”, as seguintes competências:

b) acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

e) analisar e emitir parecer sobre o relatório encaminhado pela Agência Nacional de Águas referente à aplicação dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para geração de energia elétrica;

1.5. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico deve encaminhar ao CNRH, até o dia 30 de março de cada ano, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, conforme definido no VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017.

1.6. A Agência, por meio OFÍCIO Nº 58/2021/AA-CD/ANA, encaminhou ao CNRH a **Nota Técnica nº 6/2021/GGES** com o relatório da prestação de contas do exercício de 2020 dos recursos da cobrança pelo uso da água.

1.7. A matéria foi objeto da pauta da 9ª Reunião da CTOC, em 09 de junho de 2021. Na ocasião, após a apresentação da ANA, deliberou-se pela constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para analisar e emitir parecer acerca do Relatório Anual para o Exercício de 2020 sobre a aplicação, pela ANA, dos recursos provenientes da CFURH.

1.8. Quatro instituições manifestaram interesse em participar do GT, sendo concedido um prazo para que outros membros pudessem se integrar na composição do grupo. Para tanto, foi encaminhada uma mensagem estipulando prazo para indicação de novos representantes.

2. CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE TRABALHO

2.1. Conforme mencionado, a CTOC, em sua 9ª Reunião, constituiu Grupo de Trabalho – GT para análise da prestação de contas encaminhada Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (3112892), em atendimento às legislações que tratam do tema.

Os membros e o apoio técnico da ANA, neste GT, estão assim constituídos:

Membros:

1. Anderson Felipe Medeiros Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional) - Coordenador
2. Leonardo Sampaio Costa (Conselho Estadual de Recursos Hídricos Mato Grosso do Sul)
3. José Quadrelli Neto (Indústria)
4. Júlia Sagaz e Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)
5. Paulo Roberto Szeligowski Tinell (Organizações Não-Governamentais)

Apoio Técnico da ANA:

1. Nazareno Marques de Araújo
2. Marco Antônio Mota Amorim

2.2. A 1ª reunião do GT, por meio de videoconferência, ocorreu no dia 14 de julho de 2021, onde foi definido que a Coordenação ficaria a cargo do servidor Anderson Bezerra, do MDR. Quanto à relatoria do GT, ficou definido que seria colaborativa, a partir de uma minuta de parecer inicial apresentada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Foi recomendado que os membros do GT lessem a Nota Técnica e, para aqueles que fazem parte da CTOC, assistissem a gravação da 9ª Reunião da CTOC, ([LINK](#)) no tempo **01:54:47**, em que consta a apresentação deste tema. Com base nesta avaliação inicial, foi solicitado o encaminhamento de dúvidas e questionamentos para ser encaminhado à ANA, que estaria presente na próxima reunião.

2.3. A segunda reunião do GT ocorreu no dia 29 de julho, ocasião em que o representante da ANA, Sr. Nazareno Araújo, realizou nova apresentação e esclarecimentos conforme as dúvidas dos membros do GT. [Link da gravação da segunda Reunião.](#)

2.4. Importante destacar que a **Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES** possui um caráter de apresentação e transparência ao SINGREH, para demonstrar como foi a aplicação dos recursos oriundos da CFURH, gerenciados pela ANA e pertencentes ao Sistema. O papel do GT CFURH e CTOC é avaliar sua aplicação para as prioridades de aplicação do Plano Nacional de Recursos Hídricos definidos pelo CNRH (último ciclo - 2016-2020), fazendo, caso pertinente, observações sobre possíveis desvios de finalidade.

2.5. Na Tabela abaixo encontra-se a síntese dos **principais pontos** da apresentação da ANA ao GT CFURH, referente à aplicação dos recursos no ano de 2020, conforme prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016:

SÍNTESE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PRINCIPAIS ENTREGAS DA ANA
<div>2020</div> <div>Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016</div> <div>ESTIMATIVA ANEEL 209.303.115</div> <div>DOTAÇÃO 206.783.910</div> <div>EMPENHADO 167.597.334</div> <div>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 80%</div>	<div><input type="checkbox"/> Execução dos Programas Nacionais (PROGESTÃO, PROCOMITES, QUALIÁGUA, PRODUTOR DE ÁGUA E MONITOR DE SECAS)</div> <div><input type="checkbox"/> Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional;</div> <div><input type="checkbox"/> Estudos de recursos hídricos e setoriais:</div> <div><ul style="list-style-type: none">• Definição da Oferta Hídrica nas bacias do Doce, Paranaíba, PBS, Grande e São Francisco;• Monitoramento Covid-Esgotos;• <u>Pólos</u> Nacionais de Agricultura Irrigada: mapeamento de áreas irrigadas com imagens de satélite• Atlas Esgoto: atualização da base de dados das <u>ETEs</u> no Brasil;• 2ª Edição das Contas Econômicas Ambientais;• A indústria na Bacia do Rio Paranapanema: uso da água e boas práticas;• Informe de Conjuntura dos Recursos Hídricos;• Águas Subterrâneas das regiões metropolitanas de Belém e Manaus;• Diagnóstico de risco de inundações.</div>

Fonte: Apresentação da ANA, segunda reunião do GT, em 29 de julho de 2021.

2.6. Na **Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES** é apresentado o Quadro II, intitulado “Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA” com uma longa lista de prioridades, ações e metas no qual a ANA relaciona todas as ações e subcomponentes em que foram destinados recursos da CFURH (LOA 2020).

2.7. Destaca-se a aplicação dos recursos da CFURH nas seguintes ações:

- na continuidade dos programas nacionais, caracterizados por serem programas de pagamento por resultados alcançados (PROGESTÃO, PROCOMITÊS, QUALIÁGUA E MONITOR DE SECAS, resultando na aplicação de cerca de 80 milhões de reais);
- no Programa Produtor de Águas, que são projetos demonstrativos com duração aproximada de 5 anos, onde já foram aplicados cerca de 30 milhões de reais (conforme mencionado pela ANA na 2ª reunião do GT CFURH);
- na realização de estudos e geração de informações (SNIRH, CONJUNTURA e Estudos setoriais);
- na realização de estudos de monitoramento hidrológico (REDE HIDROMETEOROLÓGICA NACIONAL).

2.8. Neste contexto, ficou evidente a utilização adequada e integrada dos recursos da CFURH no ano de 2020. Em uma comparação anual da aplicação dos recursos, a figura abaixo demonstra que, mesmo em ano de Pandemia de COVID-19, foi possível a aplicação de 80% dos recursos da CFURH:

2016	2017	2018	2019	2020
PRIORIDADES Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	PRIORIDADES Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	PRIORIDADES Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017	PRIORIDADES Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017 Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016	PRIORIDADES Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016
ESTIMATIVA ANEEL 238.613.743	ESTIMATIVA ANEEL 172.810.015	ESTIMATIVA ANEEL 164.933.925	ESTIMATIVA ANEEL 194.652.754	ESTIMATIVA ANEEL 209.303.115
DOTAÇÃO 239.055.183	DOTAÇÃO 277.380.472	DOTAÇÃO 167.427.217	DOTAÇÃO 200.183.137	DOTAÇÃO 206.783.910
EMPENHADO 228.208.864	EMPENHADO 252.361.197	EMPENHADO 165.051.938	EMPENHADO 182.091.404	EMPENHADO 167.597.334
APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 83% e 98%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 78% e 93%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 79%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 91%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 80%

2.9. Durante a 2ª reunião do Grupo de Trabalho, após a apresentação do Sr. Nazareno Araújo, da ANA, os membros do GT apresentaram algumas reflexões, conforme os principais pontos levantados abaixo:

2.9.1. Programação prévia para ser apresentada ao CNRH, informando em que ações serão aplicados os recursos da CFURH, para que o acompanhamento possa ser facilitado por meio de um “check list”, avaliando se o que foi previsto foi executado.

2.9.2. Recurso Residual – “superávit” - como melhorar a eficiência da aplicação para que estes recursos sejam de fato aplicados na Política Nacional de Recursos Hídricos / Quais os possíveis mecanismos de utilização destes recursos? É necessária alteração na legislação? Caberia a edição de uma moção do CNRH?

2.9.3. Informar como foi o atendimento das solicitações dos relatórios anteriores. Em 2018/2019, quais os planos orçamentários não foram gastos com prioridades da política, em ação administrativa.

2.9.4. Encontrar mecanismo/rubrica para situações que fogem da prioridade. Evoluir neste processo decisório da ANA, com margem de discricionariedade.

2.9.5. Apresentação na CTOC o que foi planejado para 2022.

2.9.6. Evoluir na questão de **indicadores** para melhor acompanhamento da aplicação dos recursos da CFURH (importância de apresentação de indicadores no novo Plano Nacional de Recursos Hídricos).

2.9.7. **Não-contingenciamento dos recursos:** A ANA dedica-se, há vários anos, a garantir o não contingenciamento dos recursos da compensação financeira, já que, por previsão legal, trata-se de pagamento pelo uso da água. Entretanto, não há norma jurídica que garanta esse não contingenciamento. Ele é obtido a cada ano, por gestões junto aos deputados e consultores legislativos por ocasião das discussões do Projeto de Lei do Orçamento Anual. Por sua vez, o CNRH, ao longo de vários anos, tem emitido moções no sentido de recomendar que estes recursos não sejam contingenciados. Embora a prática até o momento tenha surtido o desejado efeito, no sentido de criar “jurisprudência”, caberia, em momento oportuno, normatizar esse conceito (esta iniciativa está prevista no novo Marco Hídrico - de iniciativa do MDR).

2.9.8. Necessidade de manifestação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que os recursos sejam utilizados somente para o Gerenciamento de Recursos Hídricos.

3. RECOMENDAÇÕES

I - À ANA – para que nos próximos relatórios de apresentação da aplicação dos recursos da CFURH, além de apresentar a tabela com a conformidade da aplicação com as prioridades definidas pelo CNRH, destacar de forma mais clara e objetiva as principais entregas para o SINGREH;

II - À ANA – para que apresente à CTOC programação prévia das ações que serão priorizadas para o próximo exercício objeto de análise (2022), fazendo a relação com as prioridades do Plano Nacional de

Recursos Hídricos, em conformidade com o disposto nas alíneas “b” e “e”, inciso III, art. 9º do Decreto nº 10.000/2019;

III - À ANA – para que informe em seu relatório anual como foram atendidas as recomendações dos relatórios anteriores;

IV - À CTOC – para que incorpore em sua agenda anual apresentações da ANA acerca da evolução na aplicação dos recursos da CFURH e do planejamento de aplicação do próximo exercício;

V - À CTOC – para que proponha à Plenária do CNRH edição de resolução, para que a ANA possa aplicar os recursos da CFURH, de forma excepcional e justificada, em ações Relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos que não estão previstas nas prioridades do PNRH (Ex.: Fórum Mundial da Água; monitoramento COVID-19, etc), e que estes recursos não sejam destinados à ações relacionadas às novas atribuições da ANA (saneamento) que deve ter dotação orçamentária própria;

VI - À CTOC – para que proponha à Plenária do CNRH edição de moção, direcionada aos órgãos competentes, para que os recursos superavitários da CFURH sejam utilizados na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

VII - À CTOC e CTAL – propor resolução à Plenária do CNRH regulamentando a utilização pelos estados da aplicação dos recursos da CFURH sejam prioritariamente na gestão dos recursos hídricos.

4. CONCLUSÃO

4.1. Com o objetivo de subsidiar a CTOC no atendimento do disposto nas alíneas “b” e “e”, inciso III, art. 9º do [Decreto 10.000/2019](#), de acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o GT realizou a análise da **Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES** apresentada pela ANA na CTOC e em reunião deste Grupo de Trabalho - GT CFURH.

4.2. O GT concluiu que a aplicação dos recursos no exercício 2020 atendeu as prioridades estabelecidas pelo CNRH, conforme Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016, porém há necessidade de aperfeiçoamento neste acompanhamento, de forma que o CNRH possa ter conhecimento prévio de quais as ações serão definidas como prioritárias para o exercício, dentre outras recomendações apresentadas no item 3 deste parecer.

5. REFERÊNCIAS:

5.1. Agência Nacional de Águas (Brasil). Cobrança pelo uso dos recursos hídricos/ Agência Nacional de Águas – Brasília: ANA, 2019 (a publicação faz parte do conjunto de encartes do Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2019);

5.2. Pareceres elaborados em anos anteriores, cujo objeto foi a aplicação dos recursos pela ANA;

5.3. [Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES](#);

5.4. [Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016](#);

5.5. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#)

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos
CTOC/CNRH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 09/11/2021, às 14:00, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3439670** e o código CRC **FE468ABE**.